

Economia - Brasil

Contornando turbulências

Quase um ano depois de ter sido inaugurado, o Plano Real continua apresentando resultados altamente satisfatórios, embora, a cada momento, seus condutores sejam colocados diante de novos desafios. Como num plano de vôo de longa duração, a rota do Real está traçada, mas, muitas vezes, a tripulação precisa fazer correções que permitam contornar as turbulências da maneira mais confortável para todos, sem perder o rumo.

O surgimento de turbulências é fenômeno comum na rota de um plano de estabilização. Praticamente desde que o Plano Real foi colocado em prática, a equipe econômica vem tentando reduzir o consumo, cujo crescimento excessivo ameaça transformar-se em combustível da inflação. A tempestade cambial mexicana provocou um desequilíbrio das contas externas brasileiras, o que exigiu correções na política cambial. Agora, a turbulência é provocada pelos juros.

A economia brasileira cresceu 10,5% no primeiro trimestre do ano em comparação com igual período de 1994. Em circunstâncias normais, esse resultado deveria ser festejado. Mas, na atual fase do Plano Real, um crescimento dessa ordem pode levar ao esgotamento da capacidade instalada, cuja ampliação requer tempo, e à escassez de produtos e serviços. A consequência da escassez é a alta generalizada dos preços.

São justificáveis, por isso, as medidas que o governo vem tomando para reduzir o consumo. Dados do IBGE indicam que, felizmente para o andamento do Plano Real, o ritmo de crescimento da indústria brasileira, a principal responsável pela grande expansão do PIB depois da chegada do Real, vem se reduzindo desde o final do ano passado.

Na área cambial, também se caminha para a normalização. O capital externo, que fugiu do mercado

financeiro no início do ano, começou a voltar, como mostram a entrada líquida de US\$ 126,9 milhões nas bolsas de valores em abril (contra uma saída de US\$ 1.183 bilhão em março) e os resultados das operações financeiras de câmbio, que, neste mês, já acumulam um superávit de US\$ 1.256 bilhão. Também a balança comercial, que desde novembro é deficitária, pode fechar o mês com superávit.

Resta a questão dos juros, mantidos altos para combater tanto o consumo excessivo como o desequilíbrio das contas externas. Na semana passada, houve grita generalizada dos empresários contra o rigor da política monetária, que não apenas reduz o consumo, como já ameaça a sobrevivência de empresas mais endividadas, além de frear investimentos. O governo responde que a política monetária precisa ser mantida, pois, sem ajuste fiscal profundo, essa é o principal instrumento para manter o Real no rumo. Os argumentos de ambas as partes são procedentes e é por isso que o problema é extremamente complexo e delicado.

A questão fiscal, de fato, é grave. O pequeno superávit apresentado pelo Tesouro no mês passado não é sinal de equilíbrio das contas públicas. Para conseguir um saldo de apenas R\$ 112 milhões (menos de 2% da receita total), o Tesouro emitiu R\$ 2,1 bilhões em títulos de dívida e foi beneficiado pelo fato de que, no mês passado, pagou apenas 30% da folha de salários. Nos quatro primeiros meses do ano, o déficit acumulado é de R\$ 1,5 bilhão.

O governo, o maior devedor da praça, tem todo interesse em reduzir os juros e estimular o crescimento, que aumenta suas receitas. Mas, neste momento, considera, corretamente, que a prioridade é combater a inflação. Que continue firme neste combate, mas que saiba usar adequadamente essa poderosa arma que é o juro, para que a vitória não acabe sendo uma vitória de Pirro.